

Conselho recomenda expurgos para combater inflação

Brasília/J. França

Brasília — E a desindexação? Essa questão, que dominou a maior parte das mais de quatro horas de reunião do Conselho Monetário Nacional de ontem, acabou ficando adiada. Na saída, o professor Octávio Gouvêa de Bulhões, geralmente arrendio a declarações à imprensa, sentenciou: “Se não houver expurgo, o pacote vai falhar.” Ele admitiu que o Conselho recomendou o expurgo, mas caberá ao Governo decidir quando será feito.

O Ministro da Fazenda, Ernane Galvéas, e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, admitiram em entrevistas separadas que a desindexação poderá vir a ser adotada. Ressalvaram, no entanto, que a solução da questão caberá ao Congresso, como representante da sociedade. O Ministro Delfim Neto afirmou à EBN: “A desindexação é extremamente complexa e o Governo realmente prefere uma política tranqüila de redução da inflação a uma política dramática.” Mas considerou a idéia “simpática”.

Segundo passo

— O Governo deu o primeiro passo e arrumou suas contas. Criou condições para medidas que terão de vir, destinadas a quebrar a relação automática entre inflação passada e inflação futura. Mas o assunto transcende ao Executivo: exige negociação e consenso. A palavra final terá de ser dada pelo Congresso — disse o presidente do BC, Carlos Langoni.

— A desindexação pode ser um segundo passo. Mas isso é muito mais uma decisão da sociedade brasileira. É preciso que haja um respaldo de todos os setores: dos empresários, da área política, do Congresso e dos próprios sindicatos de trabalhadores — admitiu o Ministro Galvéas.

Segundo Langoni — que defende o expurgo também de correção monetária —, não se pode fazer qualquer processo de desindexação parcial. Qualquer medida nesse sentido deve ser feita a partir de um controle efetivo da inflação. Caso contrário, poderia haver um desestímulo à poupança e uma fuga das aplicações em cadernetas. O outro pré-requisito seria uma definição acerca da política salarial.

Em entrevista ontem à TV Nacional, o Ministro Delfim Neto revelou que o aumento dos derivados de petróleo eliminou a diferença entre o dólar-petróleo e a cotação oficial da moeda norte-americana, prejuízo contabilizado na conta-petróleo. Disse que, no caso do trigo, se fará “a coisa com um pouco mais de cuidado, porque o efeito sobre o pão, sobre as massas, é um pouquinho maior. Mas é importante que as pessoas saibam: hoje está se cobrando um terço do valor do trigo que está sendo consumido”.

Tanto o Ministro Ernane Galvéas quanto o presidente do BC, Carlos Langoni, admitiram que o pacote de ontem terá como efeito uma “inflação corretiva”, mas deixaram claro que a redução dos subsídios, uma das causas da inflação — fará baixar a taxa a médio prazo. Não revelaram se estes efeitos inflacionários poderão ser contidos via controle de preços.

Mas ambos asseguraram que as taxas de juros no mercado interno deverão baixar como efeito das medidas que atingiram o mercado financeiro — redução do Imposto sobre Operações Financeiras e eliminação do limite do crédito para o setor financeiro privado — e também como resultado da redução do déficit público (de 2,8% do Produto Interno Bruto) com o corte dos subsídios. Langoni afirmou que as taxas internas “deverão convergir para o custo dos empréstimos externos” num prazo curto. Prometeu também que a elevação do depósito compulsório dos bancos é uma medida transitória — durante três ou seis meses — destinada apenas a evitar eventuais descontroles monetários com a liberação do crédito.

Segundo Langoni, a redução dos subsídios à agricultura e à exportação trará três vantagens: 1) uma redução dos subsídios propriamente ditos de Cr\$ 800 bilhões nos próximos 12 meses; 2) uma redução da pressão por crédito subsidiado por volta de Cr\$ 250 bilhões; e 3) a possibilidade de executar o orçamento monetário no próximo ano sem depender de recursos fiscais, o que significa mais dinheiro para investimentos.

Figueiredo

— Foi apenas uma reunião para balanço.

Foi como o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, definiu o encontro de 45 minutos entre o Presidente Figueiredo e os Ministros Leão de Abreu (Casa Civil) e Delfim Neto (Planejamento), realizado ontem, a partir de 17h, na Granja do Torto, para onde foi o Presidente ao voltar do Rio de Janeiro.

No encontro, Delfim expôs ao Presidente o conjunto de medidas adotadas pelo CMN. Os três fizeram uma avaliação do pacote e de seus efeitos, segundo Atila.



Na reunião do CMN, com Langoni, Vilela, Stábile, Delfim e Galvéas, a dindexação foi tema central